



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006951-51.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Produção Antecipada de Provas - Provas**
 Requerente: **Maria Ida Pessoa Mendes Gonçalves**
 Requerido: **Dmcard Administradora de Cartao de Credito Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARIA IDA PESSOA MENDES GONÇALVES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Produção Antecipada de Provas em face de Dmcard Administradora de Cartao de Credito Ltda, também qualificada, alegando também qualificada, alegando ter sido surpreendida pela negativação de seu nome referente ao contrato nº 18538866 e que, embora solicitando o documento ao banco requerido, encaminhando notificação extrajudicial, este negou-se a fornecer o documento pleiteado, pugnando pela sua exibição uma vez que pretende ajuizar ação judicial para contestar os descontos realizados.

Determinado ao réu que exhibisse os documentos requeridos, este veio aos apresentando cópia do contrato, conforme requerido, e para contestar alegando que jamais negou a entrega dos documentos, que ao contrário do alegado pela autora, a notificação foi devidamente respondida, inclusive os documentos requeridos foram encaminhados á autora através do correio, porém a correspondência foi recusada, sustentando ainda que a contratação foi estabelecida em 02/10/2013, devidamente assinada pela autora, havendo, inclusive, gravação da ligação em que foi realizado o desbloqueio do cartão pela autora pugnando pela improcedência da ação e, no caso de procedência, inversão do ônus sucumbencial, haja vista que não houve resistência por parte do réu para exibir o contrato requerido.

Em réplica, a autora reitera os termos da inicial, esclarecendo que não é o caso de inversão do ônus sucumbencial, pois o contrato somente foi exibido após o ajuizamento da demanda, desprezando a notificação extrajudicial, tendo a parte ré dado causa a propositura.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, não é o caso de carência de ação, uma vez que o procedimento de exibição de documento é previsto pelo CPC em seu artigo 396.

Contudo, a exibição de documento ou coisa regulado nos terá lugar se já houver uma ação em andamento. Não havendo ação em andamento, a parte poderá lançar utilizar-se da ação probatória autônoma, com fundamento no artigo 381 do NCPC (cf. Teresa Arruda Alvim Wambier, "Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil", Ed. RT, 2015, pág. 756).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, no caso dos autos temos, em verdade, ação probatória autônoma, por intermédio da qual a parte autora pretende conhecer o teor do contrato celebrado com a ré para, à vista dele, exercer qualquer pretensão que possa ter.

A produção antecipada de prova tem por finalidade preservar os elementos de prova, a fim de que os mesmos sejam admitidos e avaliados em outro processo. Está-se aqui, pois, diante de consectário de direito à prova.

No mérito, temos que esta mesma condição de tratar-se esta ação, de uma medida cautelar preparatória por excelência, evidencia a presença do *fumus boni juris*, e quanto ao *periculum in mora*, há que se considerar o risco de não se verificar o exercício do direito de ação, dado que os documentos necessários à sua propositura acham-se em poder do réu, daí a necessidade de se antecipar a prova, no que se confundem as circunstâncias acima já justificadas em relação ao *fumus boni juris*.

No mais, tratando especificamente de hipótese de ação probatória autônoma em relação a contrato bancário, há que se destacar que *o banco tem em seu poder o contrato não exibido, bem como o controle de envio dos extratos com os informes da conta, não se podendo exigir do autor a prova do fato negativo*, tal a não remessa (cf. Ap. n. 906.293-7 - Décima Segunda Câmara. Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MATHEUS FONTES, Relator¹).

Para rematar, indica-se que esta ação autônoma não é seara própria à discussão da matéria de fundo, ou seja, questões envolvendo a lide principal, e porque se trata de medida satisfativa, para cuja propositura não há sequer necessidade de indicação da lide principal ou seu fundamento (cf. STJ – 4ª T. – AI 508.489-AgRg, rel. Min. Jorge Scartezzini – *in* THEOTÔNIO NEGRÃO²), não há falar-se em prescrição.

Com a exibição dos documentos pelo réu, não há pretender-se qualquer discussão acerca de questões outras, as quais somente na ação principal que eventualmente venha a ser proposta pela autora poderão ser versadas. Aqui, basta a exibição dos documentos, sem que tenha a ré oferecido qualquer resistência, razão pela qual deixo de condená-la nos encargos da sucumbência.

No que diz respeito à sucumbência, não há regra a respeito da sucumbência, mas a solução deve ser diferente a depender da reação do demandado, conforme leciona a doutrinadora Prof. Teresa Arruda Alvim Wambier: "(I) Se não houver resistência do réu; as verbas de sucumbência caberão ao autor; se não houver resistência, mas o réu venha a formular pedido de produção de outro meio de prova ou de apuração de novos fatos relacionados àqueles que o autor pretende apurar, as despesas deverão ser rateadas e cada parte arcará com os honorários de seu advogado; (II) Se houver resistência do réu, o vencido é que arcará com as despesas e pagamento dos honorários de sucumbência; (III) Será vencido o autor cujo pedido de produção de prova venha a ser indeferida, ou o réu, se houver o deferimento do pedido". (cf. Teresa Arruda Alvim Wambier, "Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil", Ed. RT, 2015, pág. 738/739).

Não é outra a posição da jurisprudência:

APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. COMPRA E VENDA DE COISA MÓVEL .

¹ LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 316.

² THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 902, nota 4c ao art. 844.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (EXIBIÇÃO E JUSTIFICATIVA DE DÉBITO NEGATIVADO). HIPÓTESE DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 381 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (CPC/2015). NORMAS SOBRE PROCEDIMENTO SÃO DE ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA REFORMADA PARA HOMOLOGAÇÃO DA EXIBIÇÃO FEITA PELA RÉ. APELO DA RÉ PROVIDO, COM DETERMINAÇÕES. 1.- Em razão de negativação no serviço de proteção ao crédito, sem atendimento a prévia notificação extrajudicial, foi ajuizada ação tendente a exibição do contrato e demonstração do débito, que, na verdade, constitui verdadeira pretensão de exibitória. 2.- No CPC/2015, correto, no caso, o procedimento de produção antecipada de prova, observadas, contudo, as consequências jurídicas respectivas (sentença homologatória, permanência dos autos em cartório por um mês e condenação da parte autora no pagamento de custas e despesas processuais, sem condenação das partes no pagamento de honorários de sucumbência, que deverão ser acertados em eventual ação a ser proposta). (cf. Ap. nº 1015554-85.2016.8.26.0037, TJSP, 23/05/2017).

Assim, deixou de arbitrar condenação em honorários advocatícios, uma vez que o documento requerido foi apresentado sem resistência pelo réu.

Cumprirá, portanto, ao autor(a) arcar com o pagamento das despesas processuais, prejudicada a execução dessa sucumbência por ser a autora beneficiária da justiça gratuita.

Isto posto, HOMOLOGO O PROCEDIMENTO e dou por encerrada a ação proposta por MARIA IDA PESSOA MENDES GONÇALVES contra Dmcard Administradora de Cartao de Credito Ltda,e CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das despesas processuais, prejudicada a execução dessa sucumbência por ser a autora beneficiária da justiça gratuita. .

Defiro o desentranhamento, pelo(a) autor(a), dos documentos exibidos, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**